

**EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 01997/2025**

**EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS ([ART. 79, I DA LEI Nº 14.133/2021](#),
LEI Nº. 8.080/1990 e LEI COMPLEMENTAR Nº.123/2006).**

COM PREFERÊNCIA A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS

1. PRÉAMBULO:

1.1. O Município de Caxias Estado do Maranhão, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ-Nº. 09.239.491/0001-00, por intermédio da Comissão de contratação, designada pelo Capítulo II da Lei Municipal nº.2734/2025, situada na Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias-MA, (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), em conformidade com o ART. 74, IV, C/C ART. 79, I, DA LEI Nº 14.133/2021, Lei nº. 8.080/1990 e Lei Complementar nº.123/2006, torna público o **CREDENCIAMENTO** para Seleção e Possível Contratação de Entidade Filantrópicas e/ou Privadas Especializadas em Ações de promoção e prevenção de saúde, procedimentos com finalidade diagnóstica e procedimentos clínicos, conforme o especificado pela "Tabela Unificada de Procedimentos - SUS", na forma estabelecida neste Edital, para eventualmente contratação, nos termos e condições a seguir elencados

2. OBJETO:

2.1. Chamamento de Interesse Público para **CREDENCIAMENTO** de Seleção e Possível Contratação de Entidade Filantrópicas e/ou Privadas Especializadas em Ações de promoção e prevenção de saúde, procedimentos com finalidade diagnóstica e procedimentos clínicos, conforme o especificado pela "Tabela Unificada de Procedimentos - SUS", para complementação do Sistema Único de Saúde – SUS da Rede Municipal de Saúde de Caxias – MA, nos termos e especificações constantes do termo de referência (anexo I), com base na Lei nº.14.333/2021 e Lei nº. 8.080/1990 e Lei Complementar nº.123/2006.

2.2. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

2.3. O credenciamento se dará por meio de **seleção a critério de terceiros**, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3. DATA E HORA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:

3.1. Os interessados deverão encaminhar a documentação e proposta na forma exigida no edital através do portal: www.portaldecompraspublicas.com.br. O prazo para envio se iniciará dia 28/03/2025 e se encerrará dia 11/04/2025, às 18h:00min. EDITAL: O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://transparencia.caxias.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/contratacoes-diretas> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no prédio da Comissão de Contratação, situado Praça Gonçalves Dias, S/N, Centro, Caxias-MA, (Antigo Fórum Desembargador Artur Almada Lima), no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas)

3. REGIME DE EXECUÇÃO LEGAL:

3.1. Os credenciados atenderão o Município na forma estipulada no Termo de Referência, mediante prévia solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos previstos neste Edital e da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. A administração pública solicitará os serviços conforme ordem cronológica de credenciamento.

4. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO POR EMAIL E PRAZO DE VIGENCIA DO CREDENCIAMENTO.

4.1. O Cadastro é o nível básico do registro cadastral no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade Credenciamento, em sua FORMA ELETRÔNICA.

4.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.7. A validade do credenciamento para este Edital será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por iguais períodos, conforme interesse e necessidade do órgão.

5. DA APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

5.1. O interessado deverá acessar o site www.portaldecompraspublicas.com.br <https://transparencia.caxias.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/contratacoes-diretas>, localizar o processo, baixar de forma gratuita o edital e seus anexos, encaminhar documentos de Habilitação constantes no presente instrumento.

5.2. A apresentação da documentação credenciamento implica na aceitação de todas as condições constantes deste edital e seus anexos e são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação, Documentos de habilitação.

5.3. Na Solicitação de Credenciamento, o interessado deverá assinalar as declarações abaixo:

- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- f) Sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5.4. Como condição para participação no Credenciamento, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte;

5.5. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.6. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

5.8. A falsidade das declarações sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.

5.9. Para a prática dos atos previstos neste edital, o interessado poderá fazer-se representar por representante devidamente constituído, que deverá portar procuração com firma reconhecida, na qual constem poderes específicos para representação do interessado no certame.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

6.1. Poderão participar deste Credenciamento interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.2. Poderão participar do presente credenciamento todas as pessoas jurídicas, prestadoras de serviços, que atuem na área de saúde e comprovem regularidade jurídica e fiscal, qualificação econômico-financeira e técnica, capacidade operacional, Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) dentro do município de Caxias (MA); e que cumpram todas as demais exigências previstas neste edital;

6.6. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

6.7. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.8. É VEDADA A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO:

6.8.1. De pessoa física ou jurídica que:

- a). Esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal; ou
- b). Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.9. Constatada a existência de sanção impeditiva, esta comissão de contratação de licitação, não permitirá ao interessado participar do credenciamento, enquanto perdurarem as sanções.

6.10. Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.

6.11. A comissão de contratações/agente de contratação poderá realizar diligências, a qualquer momento, com o objetivo de verificar se a documentação apresentada atende às exigências contidas neste edital, bem como, de toda a documentação apresentada pelos CREDENCIADOS interessados no credenciamento, podendo exigir apresentação de documentação complementar.

7. DO PERÍODO DE HABILITAÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1. Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão entregar toda a documentação de habilitação até a data limite.

7.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela comissão de contratação/agente de contratação.

7.3 Os documentos de habilitação serão examinados pela comissão de contratação que verificará a autenticidade das certidões e dos documentos junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

7.4 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.5 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

7.6 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, exceto em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Contratação e os interessados.

7.7.1. O interessado poderá enviar mensagem no chat, enquanto o prazo de diligência estiver aberto.

8. DA HABILITAÇÃO

a). Os documentos previstos no credenciamento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1. A Comissão de Contratação/Agentes de Contratação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

a). Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

b). Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.1. Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do(s) responsável(eis) (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante;

9.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.1.4. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.1.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.1.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante a apresentação da:

a). Certidão Negativa de Débitos Fiscais; e

b). Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

9.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante a apresentação da:

a). Certidão Negativa de Débitos Fiscais; e

b). Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

9.2.7. Caso o licitante seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão ou caso não possua, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias.

9.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.3.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.3.4. No caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, os demonstrativos contábeis limitar-se-ão ao último exercício.

9.3.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{I} \quad - \quad \text{Liquidez Geral (LG)} &= \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})} \\ \text{II} \quad - \quad \text{Solvência Geral (SG)} &= \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})} \\ \text{III} \quad - \quad \text{Liquidez Corrente (LC)} &= \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})} \end{aligned}$$

9.3.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.4.1. Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) dentro do município de Caxias (MA);

9.4.2. Registro, certidão de regularidade na entidade profissional competente, para comprovação de que o estabelecimento está legalmente habilitado.

9.4.3. Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso seguindo o modelo da **RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM EQUIPE TÉCNICA (Anexo VIII)**;

9.4.4. Certificado de especialidade devidamente reconhecido pela respectiva entidade de classe, RG e CPF do responsável técnico pelo serviço a ser contratado;

9.4.5. Os documentos exigidos valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição.

9.4.6. Em nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

10. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA O CREDENCIAMENTO

10.1. O procedimento seletivo para credenciamento será composto pelas seguintes fases:

- a). Divulgação do Chamamento;
- b). Prazo para recebimento das documentações;
- c). Análise das documentações apresentadas pela Comissão de Contratações e pela equipe técnica da Secretaria de Saúde;
- d). Adjudicação e Homologação.

11. DO CREDENCIAMENTO.

11.1. Estarão credenciados todos os licitantes que cumprirem as condições de habilitação estipuladas neste Edital, devidamente analisadas pela Comissão de Contratações e pela equipe técnica da Secretaria de Saúde.

11.2. Para fins de análise da(s) proposta(s) e documentos de habilitação quanto ao cumprimento das especificações e atendimento das exigências do instrumento convocatório, a Comissão de Contratação será auxiliada por uma comissão do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto que apresentará manifestação escrita.

12. DA CELEBRAÇÃO E EXECUÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

12.1. O interessado que atender todos os requisitos previstos neste Edital de Credenciamento será julgado habilitado e, portanto, credenciado, encontrando-se apto a assinar o Termo de Credenciamento e prestar os serviços aos quais se candidatou;

12.2. A vigência do Termo de Credenciamento para a execução dos serviços será a partir da data de assinatura até 12 (doze) meses;

12.3. A contratação dar-se-á mediante a emissão da Ordem de Serviço, efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde à(s) credenciada(s) convocada(s) para tal fim, observando-se as condições estabelecidas neste Edital;

12.4. A Ordem de Serviço descreve, no mínimo, a demanda específica a ser executada, do presente Edital;

12.5. A demanda ou serviço a ser solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde poderá variar de acordo com a demanda do Município, porém obedecendo, aos valores unitários, limite total mensal e anual estipulados neste edital;

12.6. Os credenciados reconhecem, desde já, que as ordens de serviços representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto nos prazos, condições constantes destas editalícias e da legislação aplicável;

12.7. A credenciada deverá estar em dia com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, e com o Ministério do Trabalho, mantendo essa condição de regularidade durante toda a execução do pacto;

12.8. A habilitação e credenciamento não obriga a contratação pela administração pública caso seja cumprida a agenda de eventos programados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital por irregularidade na aplicação legislação vigente, **ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos**, devendo protocolar o pedido (**art. 164 da Lei nº 14.133/2021**).

13.2. O interessado em participar do certame, pode impugnar o edital, motivadamente, devendo protocolar o pedido até a data final fixada do presente certame.

13.3. A Comissão Permanente ou Agente de Contratação para Credenciamento de Licitação, deverá julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

13.4. As razões e justificativas da impugnação, podem ser enviadas pelo sítio eletrônico do: ccl@caxias.ma.gov.br, no horário compreendido, no horário de 8h às 13h,

13.5. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização da sessão, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a preparação e entrega da documentação.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. As homologações acontecerão da seguinte forma:

14.2. Os deferimentos de credenciamento serão submetidos à homologação pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.3. Os credenciados atenderão o Município em sistema de rodízio, mediante prévia solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do edital.

14.4. Caso o credenciado, na convocação para apresentação, se manifestar impossibilitado de atender a demanda, deverá comunicar por escrito, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir da convocação. A não manifestação neste prazo autoriza Secretaria Municipal de Saúde a convocar o próximo credenciado.

15. DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

15.1. Serão descredenciados os prestadores de serviços que:

15.1.1. Descumprirem quaisquer das cláusulas estipuladas no Termo de Credenciamento a ser celebrado.

15.1.2. Não mantiverem as condições de habilitação exigidas para o credenciamento.

16. DA RESCISÃO

16.1. O TERMO DE CREDENCIAMENTO poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias específicas do orçamento de 2025 e pelas suas correspondentes para o exercício subsequente:

Órgão: 02 PREFEITURA MUNICIPAL

Unidade: 17 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Ativ: MANUT. E FUNC. DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

Dotação: 10.301.0058.2074.000.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

18. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

18.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 à contratada.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O credenciamento estará aberto aos interessados a partir da publicação do edital até a data e horário da sessão de análise dos documentos.

19.2. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relacionados a este Edital de CREDENCIAMENTO, poderão ser obtidos mediante envio para o e-mail: ccl@caxias.ma.gov.br.

19.3. Fica reservada ao Município de Caxias – MA, a faculdade de revogar o credenciamento de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração, sem assistir aos interessados qualquer direito à indenização, assegurado o exercício do direito da ampla defesa e do contraditório;

19.4. Será descredenciado a critério do Município de Caxias -MA, a tempo durante o curso do termo de credenciamento, a empresa credenciada que não mantiver as mesmas condições exigidas para a habilitação, bem como rejeitar qualquer publicação ou veiculação, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a conduta adotada, ou ainda, que incida nas causas de rescisão.

19.5. A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do contrato, sendo está submetida à habilitação.

19.6. O Município poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

20. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

20.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

20.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

20.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

20.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

20.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

20.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

20.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

20.6. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

20.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

20.7.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

20.7.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

21. DO FORO

21.1. Esta Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras vigentes, sendo, exclusivamente, competente o Foro do Município de Caxias - MA, para conhecer e julgar quaisquer questões dela decorrentes, não dirimidas na seara Administrativa.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

22.1. Aplicam-se ao presente credenciamento a Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas legais pertinentes.

22.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

22.3. No caso de divergências, as condições previstas no Termo de Credenciamento prevalecerão sobre as deste Edital de credenciamento.

23. ANEXOS

23.1. Faz parte integrante do presente expediente:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Proposta/Programa de Trabalho (Preços).

Anexo III – Modelo de Declaração de Aceitação dos Preços

Anexo IV -; Declaração de Aceitação das Normas do Edital de Credenciamento

Anexo V – Declaração de Sujeição às Condições Estabelecidas no Edital e de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação.

Anexo VI - Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

Anexo VII - Declaração do Porte da Empresa (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte).

Anexo VIII – Declaração de Idoneidade (Modelo).

Anexo IX – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

Anexo X – Declaração Relação de Profissionais que Compõem Equipe Técnica.

Anexo XI – Minuta do Contrato.

Caxias – MA, 25 de Março de 2025.

Igor Mario Cutrim dos santos
Presidente da Comissão de contratação

**MINUTA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025.
ANEXO: I,**

TERMO DE REFERÊNCIA:

1. OBJETO:

1.1 Prestação de serviços para clínicas especializadas em Ações de Promoção e Prevenção de Saúde, Procedimentos com finalidade Diagnóstica e Procedimentos Clínicos, conforme o especificado pela **TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS SUS**, para complementação do Sistema Único de Saúde – SUS da Rede Municipal de Saúde do Município de Caxias – MA.

1.2 Visa o presente Termo de Referência a detalhar os serviços necessários para atender as demandas desta Secretaria.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 O presente termo de referência tem por objetivo, seleção e possível contratação de entidade filantrópica e/ou privada, prestadora de serviços de saúde para realização de procedimentos com finalidade diagnóstica e procedimentos clínicos, conforme o especificado pela **TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS SUS**, para complementação do Sistema Único de Saúde – SUS da Rede Municipal de Saúde do Município de Caxias – MA.

2.2 O Termo de Referência, apresenta a descrição detalhada da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos limites programados para a população própria e referenciados para o Município de Caxias – MA, para contratação de procedimentos com finalidade diagnóstica, clínica.

§ 1º - A quantidade de procedimentos a serem atendidos mensalmente pela **CONTRATADA** dependerá da quantidade encaminhada pela Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Caxias, obedecendo à programação do Município até o limite do teto financeiro máximo.

§ 2º - Havendo no decorrer da validade deste contrato, a necessidade de demandar procedimentos não inclusos na descrição acima, fica a critério da Secretaria Municipal de Saúde o encaminhamento do mesmo, desde que seja aceito pela **CONTRATADA**, sem que haja aumento do teto financeiro máximo. Tal necessidade visa, em caráter excepcional, o atendimento de casos que requeiram um cuidado especial, a ser definido pelo médico regulador.

§ 3º - Havendo necessidade e se as condições técnicas e operacionais da **CONTRATADA** corresponder às exigências do Poder Público, mediante termo aditivo, a Secretaria Municipal de Saúde poderá fazer acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) nos valores limites deste contrato, durante o período de sua vigência, mediante justificativa fundamentada do Secretário Municipal de Saúde, *ad referendum* do Conselho Municipal de Saúde.

3. PÚBLICO ALVO

3.1 Todos os usuários do SUS que necessitem de serviços de saúde nas unidades de atendimento da rede municipal de Saúde de CAXIAS (MA).

4. FUNDAMENTO LEGAL

4.1 A presente contratação será realizada por meio de processo, através da Instauração do Competente Processo Licitatório.

5.ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS PRODUTOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V.UNT	V. TOTAL
1	020201002-3-Determinação de capacidade de fixação de ferro	50	R\$ 2,01	R\$ 100,50
2	020201004-0-Determinação de curva glicêmica (02 dosagens)	50	R\$ 3,63	R\$ 181,50
3	020201005-8-Deter. de curva glicêmica c/ indução por cortisona (5 dosagens)	50	R\$ 6,55	R\$ 327,50
4	020201006-6- Deter. de curva glicêmica c/ indução por cortisona(4 dosagens)	50	R\$ 3,68	R\$ 184,00
5	020201007-4-Determinação de curva glicêmica clássica (5 dosagens)	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
6	020201011-2- Dosagem de ácidon ascórbico	50	R\$ 2,01	R\$ 100,50

7	020201012-0-Dosagem de ácido úrico	800	R\$ 1,85	R\$ 1.480,00
8	020201013-9-Dosagem de ácido vanilmandelico	57	R\$ 9,00	R\$ 513,00
9	020201018-0- Dosagem de amilase	120	R\$ 2,25	R\$ 270,00
10	020201020-1-Dosagem de bilirrubina total e frações	1.000	R\$ 2,01	R\$ 2.010,00
11	020201021-0-Dosagem de cálcio	1.000	R\$ 1,85	R\$ 1.850,00
12	020201022-8-Dosagem de calcio ionizável	800	R\$ 3,51	R\$ 2.808,00
13	020201026-0-Dosagem de cloreto	50	R\$ 1,85	R\$ 92,50
14	020201027-9-Dosagem de colesterol HDL	3.000	R\$ 3,51	R\$ 10.530,00
15	020201028-7-Dosagem de colesterol LDL	3.000	R\$ 3,51	R\$ 10.530,00
16	020201029-5-Dosagem de colesterol total	3.000	R\$ 1,85	R\$ 5.550,00
17	020201030-9-Dosagem de colinesterase	50	R\$ 3,68	R\$ 184,00
18	020201031-7-Dosagem de creatinina	3.000	R\$ 1,85	R\$ 5.550,00
19	020201032-5-Dosagem de creatinofosfoquinase (CPK)	50	R\$ 3,68	R\$ 184,00
20	020201033-3-Dosagem de creatinofosfoquinase fração MB	50	R\$ 4,12	R\$ 206,00
21	020201036-8-Dosagem de desidrogenase láctica	50	R\$ 3,68	R\$ 184,00
22	020201038-4-Dosagem de ferritina	60	R\$ 15,59	R\$ 935,40
23	020201039-2-Dosagem de ferro sérico	550	R\$ 3,51	R\$ 1.930,50
24	020201041-4-Dosagem de fosfatase acida total	100	R\$ 2,01	R\$ 201,00
25	020201042-2-Dosagem de fosfatase alcalina	5.000	R\$ 2,01	R\$ 10.050,00
26	020201043-0-Dosagem de fósforo	300	R\$ 1,85	R\$ 555,00
27	020201044-9-Dosagem de fração prostática de fosf. Ácida	300	R\$ 2,01	R\$ 603,00
28	020201046-5-Dosagem gama glutamil –transferase (gama gt)	100	R\$ 3,51	R\$ 351,00
29	020201047-3-Dosagem de glicose	16.000	R\$ 1,85	R\$ 29.600,00
30	020201050-3-Dosagem de hemoglobina glicosilada	1.300	R\$ 7,86	R\$ 10.218,00
31	020201055-4-Dosagem de lipase	210	R\$ 2,25	R\$ 472,50
32	020201056-2-Dosagem de magnésio	150	R\$ 2,01	R\$ 301,50
33	020201057-0-Dosagem de muco-proteínas	413	R\$ 2,01	R\$ 830,13
34	020201060-0-Dosagem de potássio	413	R\$ 1,85	R\$ 764,05
35	020201061-9-Dosagem de proteínas totais	413	R\$ 1,40	R\$ 578,20
36	020201062-7-Dosagem de proteínas totais e frações	1.000	R\$ 1,85	R\$ 1.850,00
37	020201063-5-Dosagem de sódio	217	R\$ 1,85	R\$ 401,45
38	020201064-3-Dosagem de transaminase glutamico-oxalacetica (TGO)	5.000	R\$ 2,01	R\$ 10.050,00
39	020201065-1-Dosagem de transaminase glutamico-piruvica (TGP)	5.000	R\$ 2,01	R\$ 10.050,00
40	020201066-0-Dosagem de transferrina	102	R\$ 4,12	R\$ 420,24
41	020201067-8-Dosagem de triglicerídios	5.000	R\$ 3,51	R\$ 17.550,00

42	020201069-4-Dosagem de ureia	5.000	R\$ 1,85	R\$ 9.250,00
43	020201070-8-Dosagem de vitamina B12	102	R\$ 15,24	R\$ 1.554,48
44	020201072-4-Eletroforese de proteínas	102	R\$ 4,42	R\$ 450,84
45	020202002-9-Contagem de plaquetas	1.450	R\$ 2,73	R\$ 3.958,50
46	020202003-7-Contagem de reticulocitos	205	R\$ 2,73	R\$ 559,65
47	020202007-0-Determinação de tempo de coagulação	1.450	R\$ 2,73	R\$ 3.958,50
48	020202009-6-Determinação de tempo de sangramento- duke	1.450	R\$ 2,73	R\$ 3.958,50
49	020202012-6-Determinação de tempo de trombina	205	R\$ 2,85	R\$ 584,25
50	020202013-4-Determinação de tempo de tromboplastina parcial ativada(TTP)	205	R\$ 5,77	R\$ 1.182,85
51	020202014-2-Determinação de tempo e atividade da potrobina (TAP)	205	R\$ 2,73	R\$ 559,65
52	020202015-0-Determinação de velocidade de hemossedimentação (VHS)	1.450	R\$ 2,73	R\$ 3.958,50
53	020202030-4-Dosagem de hemoglobina	1.450	R\$ 1,53	R\$ 2.218,50
54	020202032-0-Dosagem de hemoglobina fetal	205	R\$ 2,73	R\$ 559,65
55	020202033-9-Dosagem de hemossiderina	102	R\$ 2,73	R\$ 278,46
56	020202035-5-Eletroforese de hemoglobina	102	R\$ 5,41	R\$ 551,82
57	020202036-3-Eritrograma (eritrócitos,hemoglobina,hematócrito)	1.450	R\$ 2,73	R\$ 3.958,50
58	020202037-1-Hematócrito	1.450	R\$ 1,53	R\$ 2.218,50
59	020202038-0-Hemograma completo	15.000	R\$ 4,11	R\$ 61.650,00
60	020202039-8-Leucograma	3.000	R\$ 2,73	R\$ 8.190,00
61	020202041-0-Pesquisa de células le	205	R\$ 4,11	R\$ 842,55
62	020202044-4-Pesquisa de hemoglobina S	102	R\$ 2,73	R\$ 278,46
63	020202049-5-Prova de retração do coagulo	1.450	R\$ 2,73	R\$ 3.958,50
64	020202050-9-Prova do laço	1.450	R\$ 2,73	R\$ 3.958,50
65	020203001-6-Contagem de linfócitos B	102	R\$ 15,00	R\$ 1.530,00
66	020203002-4-Contagem de linfócitos CD4/CD8	102	R\$ 15,00	R\$ 1.530,00
67	020203003-2-Contagem de linfócitos T totais	102	R\$ 15,00	R\$ 1.530,00
68	020203004-0-Detecção de RNA do HIV-1 (qualitativo)	102	R\$ 65,00	R\$ 6.630,00
69	020203005-9-Detecção de RNA do vírus da hepatite C (qualitativo)	102	R\$ 96,00	R\$ 9.792,00
70	020203007-5-Determinação de fator reumatoide	1.450	R\$ 2,83	R\$ 4.103,50
71	020203008-3-Determinação quantitativa de proteína C reativa	1.450	R\$ 9,25	R\$ 13.412,50
72	020203010-5-Dosagem de antígeno prostático especifico (PSA)	1.450	R\$ 16,42	R\$ 23.809,00
73	020203015-6-Dosagem de imunoglobulina A (IGA)	102	R\$ 17,16	R\$ 1.750,32
74	020203016-4-Dosagem de imunoglobulina E (IGE)	102	R\$ 9,25	R\$ 943,50

75	020203018-0-Dosagem de imunoglobulina M (IGM)	102	R\$ 17,16	R\$ 1.750,32
76	020203020-2-Dosagem de proteína C reativa	1.450	R\$ 2,83	R\$ 4.103,50
77	020203022-9-Imunoelectroforese de proteínas	102	R\$ 17,16	R\$ 1.750,32
78	020203025-3-Pesquisa de anticorpos IGG anticardiolipina	102	R\$ 10,00	R\$ 1.020,00
79	020203026-1-Pesquisa de anticorpos IGM anticardiolipina	102	R\$ 10,00	R\$ 1.020,00
80	020203029-6-Pesquisa de anticorpos anti-hiv-1 (westernblot)	102	R\$ 85,00	R\$ 8.670,00
81	020203030-0-Pesquisa de anticorpos anti-hiv-1+hiv-2 (elisa)	5.000	R\$ 10,00	R\$ 50.000,00
82	020203042-3-Pesquisa de anticorpos anticlamidia (por imunofluorescencia)	102	R\$ 10,00	R\$ 1.020,00
83	020203046-6-Pesquisa de anticorpos antiespermatozoides	102	R\$ 9,70	R\$ 989,40
84	020203047-4-Pesquisa de anticorpos antiestreptolisina O (ASLO)	1.450	R\$ 2,83	R\$ 4.103,50
85	020203063-6-Pesquisa de anticorpos contra antígeno de superfície do vírus da hepatite B	102	R\$ 18,55	R\$ 1.892,10
86	020203064-4-Pesquisa de anticorpos contra antígeno e do vírus da hep. B	102	R\$ 18,55	R\$ 1.892,10
87	020203067-9-Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hep.C (anti-hcv)	205	R\$ 18,55	R\$ 3.802,75
88	020203068-7-Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hep.D (anti-hdv)	102	R\$ 18,55	R\$ 1.892,10
89	020203072-5-Pesquisa de anticorpos EIE anticlamidia	102	R\$ 17,16	R\$ 1.750,32
90	020203074-1-Pesquisa de anticorpos IGG anticitomagalovirus	625	R\$ 11,00	R\$ 6.875,00
91	020203076-8-Pesquisa de anticorpos IGG antitoxoplasma	2.000	R\$ 16,97	R\$ 33.940,00
92	020203078-4-Pesquisa de anticorpos IGG contra antig.Central do vírus Hep. B	102	R\$ 18,55	R\$ 1.892,10
93	020203079-2-Pes. de anticorpos IGG contra arbovirus(dengue e febre amarela)	330	R\$ 30,00	R\$ 9.900,00
94	020203080-6-Pesquisa de anticorpos IGG contra vírus da hep. A (hav-igg)	330	R\$ 18,55	R\$ 6.121,50
95	020203081-4-Pesquisa de anticorpos IGG contra o vírus da rubéola	500	R\$ 17,16	R\$ 8.580,00
96	020203082-2-Pesq. De anticorpos IGG contra o vírus da varicela-herpes zoster	102	R\$ 17,16	R\$ 1.750,32
97	020203084-9-Pesquisa de anticorpos IGG contra o vírus herpes simples	102	R\$ 17,16	R\$ 1.750,32
98	020203085-7-Pesquisa de anticorpos IGM anticitomagalovirus	175	R\$ 11,61	R\$ 2.031,75
99	020203087-3-Pesquisa de anticorpos IGM antitoxoplasma	1.600	R\$ 18,55	R\$ 29.680,00
100	020203089-0-Pesquisa de anticorpos IGM contra antígeno central do vírus da hepatite B (ANTI-HBC-IGM)	102	R\$ 18,55	R\$ 1.892,10

101	020203090-3-Pesq. de anticorpos IGM contra arbovirus (dengue e febre amarela)	275	R\$ 20,00	R\$ 5.500,00
102	020203091-1-Pesquisa de anticorpos IGM contra o vírus da hepatite A	275	R\$ 18,55	R\$ 5.101,25
103	020203092-0-Pesquisa de anticorpos IGM contra o vírus da rubéola	1.375	R\$ 17,16	R\$ 23.595,00
104	020203094-6-Pesquisa de anticorpos IGM contra o vírus herpes simples	50	R\$ 17,16	R\$ 858,00
105	020203096-2-Pesquisa de antígeno carcinoembrionario (cea)	50	R\$ 13,35	R\$ 667,50
106	020203097-0-Pesquisa de antígeno de superfície do vírus da hepatite B	500	R\$ 18,55	R\$ 9.275,00
107	020203098-9-Pesquisa de antígeno e o vírus da hepatite B (HBEAG)	102	R\$ 18,55	R\$ 1.892,10
108	020203101-2-Pesquisa de fator reumatoide (waler-rose)	102	R\$ 4,10	R\$ 418,20
109	020203103-9-Pesquisa de imjoglobulina e IGE alergeno especifica	102	R\$ 9,25	R\$ 943,50
110	020203108-0-Quantificação de RNA do vírus da hepatite C	50	R\$ 168,48	R\$ 8.424,00
111	020203111-0-Teste de VDRL p/ diagnóstico da sífilis	5.000	R\$ 2,83	R\$ 14.150,00
112	020203117-9-VDRL p/ detecção de sífilis em gestante	1.450	R\$ 2,83	R\$ 4.103,50
113	020204005-4-Pesquisa de enterobius vermiculares (oxiurus oxiura)	102	R\$ 1,65	R\$ 168,30
114	020204006-2-Pesquisa de eosinófilos	102	R\$ 1,65	R\$ 168,30
115	020204007-0-Pesquisa de gordura fecal	102	R\$ 1,65	R\$ 168,30
116	020204008-9-Pesquisa de larvas nas fezes	102	R\$ 1,65	R\$ 168,30
117	020204009-7-Pesquisa de leucócitos nas fezes	102	R\$ 1,65	R\$ 168,30
118	020204010-0-Pesquisa de leveduras nas fezes	102	R\$ 1,65	R\$ 168,30
119	020204011-9-Pesquisa de ovos de schistosomas (em frag. De mucosa)	102	R\$ 1,65	R\$ 168,30
120	020204012-7-Pesquisa de ovos de cistos de parasitas	2.000	R\$ 1,65	R\$ 3.300,00
121	020204013-5-Pesquisa de rotavirus nas fezes	102	R\$ 10,25	R\$ 1.045,50
122	020204014-3-Pesquisa de sangue oculto nas fezes	102	R\$ 1,65	R\$ 168,30
123	0202050017-Analise de caracteres físicos, elementos e sedimento da urina	2.000	R\$ 3,70	R\$ 7.400,00
124	020205002-5-Clearence de creatinina	102	R\$ 3,51	R\$ 358,02
125	020205003-3-Clearence de fosfato	102	R\$ 3,51	R\$ 358,02
126	020205004-1-Clearence de ureia	102	R\$ 3,51	R\$ 358,02
127	020205005-0-Contagem de ADDIS	102	R\$ 2,04	R\$ 208,08
128	020205011-4-Dosagem de proteínas (urina de 24 horas)	102	R\$ 2,04	R\$ 208,08
129	020206001-2-Determinação de índice de tiroxina livre	1.375	R\$ 12,54	R\$ 17.242,50
130	020206002-0-Determinação de retenção de T3	102	R\$ 12,54	R\$ 1.279,08

131	020206003-9-Determinação de T3 reverso	102	R\$ 14,69	R\$ 1.498,38
132	02.02.06.004-7 Dosagem de 17-alfa – hidroxiprogesterona	102	R\$ 10,20	R\$ 1.040,40
133	02.02.06.005-5 Dosagem de 17-setosteroides totais	102	R\$ 6,72	R\$ 685,44
134	02.02.06.006-3 Dosagem de 17 – hidroxicorticosteroides	102	R\$ 6,72	R\$ 685,44
135	02.02.06.007-1 Dosagem de acido 5-hidroxi-indol-acetico (Serotonina)	102	R\$ 6,72	R\$ 685,44
136	020206008-0-Dosagem de adrenocorticotrofico (ACTH)	102	R\$ 14,12	R\$ 1.440,24
137	020206009-8-Dosagem de aldosterona	102	R\$ 11,89	R\$ 1.212,78
138	02.02.06.011-0 Dosagem de androstenediona	102	R\$ 11,53	R\$ 1.176,06
139	020206012-8-Dosagem de calcitonina	102	R\$ 14,38	R\$ 1.466,76
140	020206013-6-Dosagem de cortisol	102	R\$ 9,86	R\$ 1.005,72
141	020206014-4-Dosagem de dehidroepiandrosterona (DHEA)	102	R\$ 11,25	R\$ 1.147,50
142	02.02.06.015-2 Dosagem de dihidrotestoterona (DHT)	102	R\$ 11,71	R\$ 1.194,42
143	020206016-0-Dosagem de estradiol	102	R\$ 10,15	R\$ 1.035,30
144	020206017-9-Dosagem de estriol	102	R\$ 11,55	R\$ 1.178,10
145	020206018-7-Dosagem de estrona	102	R\$ 11,12	R\$ 1.134,24
146	020206021-7-Dosagem de gonadotrofina corionica humana (hcg, betahcg)	700	R\$ 7,85	R\$ 5.495,00
147	020206022-5-Dosagem de hormônio de crescimento (HGH)	102	R\$ 10,21	R\$ 1.041,42
148	020206023-3-Dosagem de hormônio folículo estimulante (FSH)	200	R\$ 7,89	R\$ 1.578,00
149	020206024-1-Dosagem de hormônio luteinizante (LH)	200	R\$ 8,97	R\$ 1.794,00
150	020206025-0-Dosagem de hormônio tireoestimulante (TSH)	900	R\$ 8,96	R\$ 8.064,00
151	020206026-8-Dosagem de insulina	102	R\$ 10,17	R\$ 1.037,34
152	020206027-6-Dosagem de paratormônio	102	R\$ 43,13	R\$ 4.399,26
153	020206029-2-Dosagem de progesterona	102	R\$ 10,22	R\$ 1.042,44
154	020206030-6-Dosagem de prolactina	102	R\$ 10,15	R\$ 1.035,30
155	020206034-9-Dosagem de testosterona	102	R\$ 10,43	R\$ 1.063,86
156	020206035-7-Dosagem de testosterona livre	102	R\$ 13,11	R\$ 1.337,22
157	020206036-5-Dosagem de tireoglobulina	102	R\$ 15,35	R\$ 1.565,70
158	020206037-3-Dosagem de tiroxina (T4)	102	R\$ 8,76	R\$ 893,52
159	020206038-1-Dosagem de tiroxina livre (T4 livre)	600	R\$ 11,60	R\$ 6.960,00
160	020206039-0-Dosagem de triiodotironina (T3)	600	R\$ 8,71	R\$ 5.226,00
161	02.02.06.043-8 Teste de estimulo do HGH após glucagon	102	R\$ 12,01	R\$ 1.225,02
162	02.02.06.044-6 Teste de supresão do cortisol após dexametasona	102	R\$ 12,01	R\$ 1.225,02

163	02.02.06.045-4 Teste de supressão do HGH após glicose	102	R\$ 12,01	R\$ 1.225,02
164	02.02.06.046-2 Teste para investigação do diabetes insipidus	102	R\$ 8,43	R\$ 859,86
165	02.02.06.047-0 Pesquisa de macroprolactina	102	R\$ 12,15	R\$ 1.239,30
166	02.02.07.001-8 Dosagem de ácido delta – aminolevulinico	102	R\$ 2,06	R\$ 210,12
167	020207002-6-Dosagem de ácido hipúrico	102	R\$ 2,23	R\$ 227,46
168	020207005-0-Dosagem de ácido valproico	102	R\$ 15,65	R\$ 1.596,30
169	020207008-5-Dosagem de alumínio	102	R\$ 27,50	R\$ 2.805,00
170	020207015-8-Dosagem carbamazepina	102	R\$ 17,53	R\$ 1.788,06
171	020207022-0-Dosagem de fenitoína	102	R\$ 35,22	R\$ 3.592,44
172	02.02.07.025-5 Dosagem de lítio	102	R\$ 2,25	R\$ 229,50
173	02.02.07.026-3 Dosagem de mercúrio	102	R\$ 2,04	R\$ 208,08
174	020208001-3-Antibiograma	300	R\$ 4,98	R\$ 1.494,00
175	020208002-1-Antibiograma c/ concentração inibitória mínima	300	R\$ 13,33	R\$ 3.999,00
176	020208003-0-Antibiograma p/ microbactérias	200	R\$ 13,33	R\$ 2.666,00
177	02.02.08.004-8 Basioloscopia direta para BAAR tuberculose (diagnostico)	200	R\$ 4,20	R\$ 840,00
178	02.02.08.005-6 Basioloscopia direta para BAAR hanseníase	200	R\$ 4,20	R\$ 840,00
179	02.02.08.006-4 Basioloscopia direta para BAAR tubérculos (controle)	200	R\$ 4,20	R\$ 840,00
180	020208007-2-Bacteroscopia (gram)	1.500	R\$ 2,80	R\$ 4.200,00
181	020208008-0-Cultura de bactérias p/ identificação	200	R\$ 5,62	R\$ 1.124,00
182	02.02.08.009-9 Cultura do leite humano pos pasteurização	102	R\$ 5,62	R\$ 573,24
183	02.02.08.010-2 Cultura para herpesvirus	102	R\$ 4,33	R\$ 441,66
184	02.02.08.011-0 Cultura Sólida para microbactérias	102	R\$ 5,63	R\$ 574,26
185	020208012-9-Cultura para bactérias anaerobicas	200	R\$ 10,25	R\$ 2.050,00
186	020208013-7-Cultura para identificação de fungos	102	R\$ 4,19	R\$ 427,38
187	020208014-5-Exame microbiológico a fresco (direto)	1.500	R\$ 2,80	R\$ 4.200,00
188	020208015-3-Hemocultura	200	R\$ 11,49	R\$ 2.298,00
189	020208019-6-Pesquisa de estreptococos beta-hemolíticos do grupo A	200	R\$ 4,33	R\$ 866,00
190	020208020-0-Pesquisa de haemophilus ducrey	102	R\$ 2,80	R\$ 285,60
191	020209001-9-Ácido úrico líquido no sinovial e derrames	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78
192	02.02.09.002-7Adenograma	102	R\$ 5,79	R\$ 590,58
193	020208003-5-Citologia para clamídia	102	R\$ 4,33	R\$ 441,66
194	020209005-1-Contagem específica de células no liquor	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78
195	020209006-0-Contagem global de células no liquor	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78

196	020209008-6-Dosagem de creatinina no liquido aminiotico	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78
197	020209009-4-Dosagem de fosfatase alcalina no esperma	102	R\$ 2,01	R\$ 205,02
198	020209010-8-Dosagem de frutose	102	R\$ 2,01	R\$ 205,02
199	020209011-6-Dosagem de frutose no esperma	102	R\$ 2,01	R\$ 205,02
200	020209012-4-Dosagem de glicose no liquido sinovial e derrames	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78
201	020209013-2-Dosagem de proteínas no liquido sinovial e derrames	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78
202	020209018-3-Exame de caracteres físicos contagem global e especifica de células	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78
203	02.02.09.019-1Mielograma	102	R\$ 5,79	R\$ 590,58
204	020209022-1-Dosagem de fosfatase ácida no esperma	102	R\$ 2,01	R\$ 205,02
205	020209023-0-Pesquisa de caracteres físicos no liquor	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78
206	020209026-4-Pesquisa de espermatozóides (após vasectomia)	102	R\$ 4,80	R\$ 489,60
207	02.02.09.027-2Pesquisa de ragocitos no liquido cinovial e derrames	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78
208	020209028-0-Prova de progressão espermática (cada)	102	R\$ 9,70	R\$ 989,40
209	02.02.09.029-9 Prova do látex p/ haemophilus influenzae, streptococos pneumoniae, neisseria meningitides(sorotipos A,B e C)	102	R\$ 1,89	R\$ 192,78
210	020209030-2-Prova do látex p/ pesquisa do fator reumatoide	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50
211	020210001-4 Determinação de cariótipo em cultura de longa duração	3	R\$ 180,00	R\$ 540,00
212	020212002-3-Determinação direta e reversa de grupo ABO	6.250	R\$ 1,37	R\$ 8.562,50
213	020212008-2-Pesquisa de fator RH (inclui D fraco)	6.250	R\$ 1,37	R\$ 8.562,50
214	020301001-9-Exame citopatologico cervico-vaginal/microflora	6.000	R\$ 13,72	R\$ 82.320,00
215	0203010086- Exame citopatologico cervico vaginal – microflora rastreamento	6.000	R\$ 14,37	R\$ 86.220,00
216	020401003-9-Radiografia bilateral de órbitas (pa+oblíquos+hirtz)	60	R\$ 8,38	R\$ 502,80
217	020401004-7-Radiografia de arcada zigomático-malar(ap+obliquas)	60	R\$ 6,96	R\$ 417,60
218	020401005-5-Radiografia de articulação temporo-mandibular bilateral	120	R\$ 8,38	R\$ 1.005,60
219	020401006-3-Radiografia de cavum (lateral+hirtz)	140	R\$ 6,88	R\$ 963,20
220	020401007-1-Radiografia de crânio (pa+lateral+oblíqua/bretton+hirtz)	500	R\$ 9,15	R\$ 4.575,00
221	020401008-0-Radiografia de crânio (pa+lateral)	600	R\$ 7,52	R\$ 4.512,00
222	020401009-8-Radiografia de laringe	100	R\$ 5,74	R\$ 574,00

223	020401010-1-Radiografia mastóide/rochedos(bilateral) de	100	R\$ 9,03	R\$ 903,00
224	020401011-0-Radiografia de maxilar(pa+obliqua)	100	R\$ 7,20	R\$ 720,00
225	020401012-8-Radiografia de ossos da face (mn+lateral+hirtz)	300	R\$ 8,38	R\$ 2.514,00
226	020401013-6-Radiografia de região orbitária(localização de corpo estranho)	90	R\$ 7,98	R\$ 718,20
227	020401014-4-Radiografia de seios da face (fn+mn+lateral+hirtz)	1.000	R\$ 7,32	R\$ 7.320,00
228	020401015-2-Radiografia de sela tursica(pa+lateral+bretton)	100	R\$ 7,20	R\$ 720,00
229	020401016-0-Radiografia oclusal	100	R\$ 3,51	R\$ 351,00
230	020401017-9-Radiografia panorâmica de mandibula	100	R\$ 9,03	R\$ 903,00
231	02.04.01.019-5 Sialografia (por glândula)	100	R\$ 48,85	R\$ 4.885,00
232	020401020-9-Teleradiografia com traçados e sem traçados	100	R\$ 6,44	R\$ 644,00
233	02.04.02.001-8 Mielografia	100	R\$ 118,60	R\$ 11.860,00
234	020402002-6-Planigrafia de coluna vertebral	1.000	R\$ 19,60	R\$ 19.600,00
235	020402003-4-Radiografia de coluna cervical (ap+lateral+to+obliquas)	1.000	R\$ 8,33	R\$ 8.330,00
236	020402004-2-Radiografia de coluna cervical (ap+lateral+to/flexão)	1.000	R\$ 8,19	R\$ 8.190,00
237	020402005-0-Rad. de coluna cervical func. dinamica	1.000	R\$ 10,29	R\$ 10.290,00
238	020402006-9-Radiografia de coluna lombo sacra	1.000	R\$ 10,96	R\$ 10.960,00
239	020402007-7-Radiografia de coluna lombo sacra (c/obliquas)	1.000	R\$ 14,90	R\$ 14.900,00
240	020402008-5-Radiografia de coluna lombo sacra funcional/dinâmica	1.000	R\$ 16,88	R\$ 16.880,00
241	020402009-3-Radiografia de coluna torácica (ap+lateral)	1.000	R\$ 9,16	R\$ 9.160,00
242	020402010-7-Radiografia de coluna toroco-lombar	1.000	R\$ 9,73	R\$ 9.730,00
243	020402011-5-Radiografia de coluna toroco-lombar dinâmica	1.000	R\$ 15,58	R\$ 15.580,00
244	020402012-3-Radiografia de região sacro-coccigea	200	R\$ 7,80	R\$ 1.560,00
245	020403005-6-Radiografia de coração e vasoss da base (pa+lateral+obliqua)	100	R\$ 14,32	R\$ 1.432,00
246	020403006-4-Radiografia de coração e vasos da base (pa+lateral)	100	R\$ 9,05	R\$ 905,00
247	020403007-2-Radiografia de costelas (por hemitorax)	100	R\$ 8,37	R\$ 837,00
248	020403008-0-Radiografia de esôfago	100	R\$ 19,24	R\$ 1.924,00
249	020403009-9-Radiografia de esterno	100	R\$ 7,98	R\$ 798,00
250	020403010-2-Radiografia de meadiastino (pa e perfil)	100	R\$ 8,73	R\$ 873,00
251	020403011-0-Radiografia de pneumomediastino	100	R\$ 27,27	R\$ 2.727,00

252	020403012-9-Radiografia de tórax (apico-lordotica)	200	R\$ 5,56	R\$ 1.112,00
253	020403013-7-Radiografia de tórax (pa+inspiração+expiração+lateral)	1.000	R\$ 14,32	R\$ 14.320,00
254	020403014-5-Radiografia de tórax (pa+lateral+obliqua)	200	R\$ 12,02	R\$ 2.404,00
255	020403015-3-Radiografia de tórax (pa e perfil)	1.000	R\$ 9,50	R\$ 9.500,00
256	020403016-1-Radiografia de tórax (pa padrão oit)	200	R\$ 6,55	R\$ 1.310,00
257	020403017-0-Radiografia de tórax (pa)	1.000	R\$ 6,88	R\$ 6.880,00
258	020404001-9-Radiografia de antebraço	100	R\$ 6,42	R\$ 642,00
259	020404002-7-Radiografia de articulação acrômio-clavicular	100	R\$ 7,40	R\$ 740,00
260	020404003-5-Radiografia de articulação escapulo umeral	100	R\$ 7,40	R\$ 740,00
261	020404004-3-Radiografia de articulação esterno-clavicular	100	R\$ 7,40	R\$ 740,00
262	020404005-1-Radiografia de braço	100	R\$ 7,77	R\$ 777,00
263	020404006-0-Radiografia de clavícula	100	R\$ 7,40	R\$ 740,00
264	020404007-8-Radiografia de cotovelo	100	R\$ 5,90	R\$ 590,00
265	020404008-6-Radiografia de dedos da mão	100	R\$ 5,62	R\$ 562,00
266	020404009-4-Radiografia de mão	100	R\$ 6,30	R\$ 630,00
267	020404010-8-Radiografia de mão e punho	100	R\$ 6,00	R\$ 600,00
268	020404011-6-Radiografia de omoplata/ombro	100	R\$ 7,98	R\$ 798,00
269	020404012-4-Radiografia de punho (ap+lateral+obliqua)	100	R\$ 6,91	R\$ 691,00
270	020405001-4-Clister opaco/duplo contraste	100	R\$ 47,76	R\$ 4.776,00
271	020405011-1-Radiografia de abdômem	300	R\$ 10,73	R\$ 3.219,00
272	02.04.05.012-0 Radiografia de abdômen agudo(mínimo de 3 incidencias)	100	R\$ 15,30	R\$ 1.530,00
273	020405013-8-Radiografia de abdômem simples (ap)	100	R\$ 7,17	R\$ 717,00
274	020406003-6-Escanometria	100	R\$ 7,77	R\$ 777,00
275	020406006-0-Radiografia de articulação coxo-femural	100	R\$ 7,77	R\$ 777,00
276	020406007-9-Radiografia de articulação sacro-iliaca	100	R\$ 7,77	R\$ 777,00
277	020406008-7-Radiografia de articulação tíbio-tarsica	100	R\$ 6,50	R\$ 650,00
278	020406009-5-Radiografia de bacia + Batráquio	500	R\$ 7,77	R\$ 3.885,00
279	0204060109-Radiografia de calcâneo	100	R\$ 6,50	R\$ 650,00
280	020406011-7-Radiografia de coxa	100	R\$ 8,94	R\$ 894,00
281	020406012-5-Radiografia de joelho ou patela (ap+lateral+axial)	500	R\$ 6,78	R\$ 3.390,00
282	02.04.06.013-3Radiografia de joelho ou patela (AP+lateral+axial)	100	R\$ 7,16	R\$ 716,00
283	020406014-1-Radiografia de joelho ou patela (ap+lateral+obliqua+3 axias)	100	R\$ 9,29	R\$ 929,00

284	020406015-0-Radiografia de pé dedos do pé	100	R\$ 6,78	R\$ 678,00
285	020406016-8-Radiografia da perna	100	R\$ 8,94	R\$ 894,00
286	020406017-6-Radiografia panorâmica de membros inferiores	100	R\$ 9,29	R\$ 929,00
287	021104003-7-Exame microbiológico a fresco do conteúdo cervico-vaginal	50	R\$ 2,80	R\$ 140,00
288	021106001-1- Biometria ultrassonica (monocular)	200	R\$ 24,24	R\$ 4.848,00
289	021106003-8- Campimetria computadorizada ou manual com gráfico	24	R\$ 40,00	R\$ 960,00
290	021106005-4- Ceratometria	600	R\$ 3,37	R\$ 2.022,00
291	021106006-2-Curva diária de pçressão ocular PDPO (mínimo 03 medidas)	5	R\$ 10,11	R\$ 50,55
292	021106010-0- Fundoscopia	100	R\$ 3,37	R\$ 337,00
293	021106011-9- Gonioscopia	24	R\$ 6,74	R\$ 161,76
294	021106012-7-Mapeamento de retina	50	R\$ 24,24	R\$ 1.212,00
295	021106017-8- Retinografia colorida binocular	24	R\$ 24,68	R\$ 592,32
296	021106018-6- Retinografia fluorescente bicocular	24	R\$ 64,00	R\$ 1.536,00
297	021106020-8- Teste de provocação de glaucoma	5	R\$ 6,74	R\$ 33,70
298	021106021-6- Teste shirmer	5	R\$ 3,37	R\$ 16,85
299	021106022-4- Teste de visão de cores	5	R\$ 3,37	R\$ 16,85
300	021106023-2- Teste ortoptico	5	R\$ 12,34	R\$ 61,70
301	020502002-0 Paquimetria	24	R\$ 14,81	R\$ 355,44
302	030305003-9- Tratamento Oftalmologico de paciente c/ glaucoma Bino. (1 linha)	10	R\$ 18,66	R\$ 186,60
303	030305004-7- Tratamento Oftalmologico de paciente c/ glaucoma Bino. (2 linha)	10	R\$ 79,38	R\$ 793,80
304	030305005-5- Tratamento Oftalmologico de paciente c/ glaucoma Bino. (3 linha)	10	R\$ 127,98	R\$ 1.279,80
305	030305006-3- Tratamento Oftalmologico de paciente c/ glaucoma Mono. (1 linha)	10	R\$ 12,44	R\$ 124,40
306	030305007-1- Tratamento Oftalmologico de paciente c/ glaucoma Mono. (2 linha)	10	R\$ 52,92	R\$ 529,20
307	030305008-0- Tratamento Oftalmologico de paciente c/ glaucoma Mono. (3 linha)	10	R\$ 85,33	R\$ 853,30
308	030305009-8- Tratamento oft. De PAC. c/ glaucoma dispensação acetazolamida mon.	10	R\$ 93,10	R\$ 931,00
309	030305010-1- Tratamento oft. De PAC. c/ glaucoma dispensação pilocarpina mon.	10	R\$ 8,93	R\$ 89,30
310	030305011-0- Tratamento oft. De PAC. c/ glaucoma dispensação pilocarpina bino	10	R\$ 13,39	R\$ 133,90
311	030305013-6- Tratamento clinico de intercorrencia oftalmológica	5	R\$ 229,90	R\$ 1.149,50
312	030305014-4- Tratamento clinico de intercorrencia oftalmológica de origem infecciosa	5	R\$ 280,27	R\$ 1.401,35
313	030305015-2- Trat. Oftalm. De PAC. c/ glaucoma 1 linha associada a 2 linha mono	5	R\$ 65,36	R\$ 326,80
314	030305016-0- Trat. Oftalm. De PAC. c/ glaucoma 1 linha associada a 2 linha bino	5	R\$ 98,04	R\$ 490,20

315	030305017-9- Trat. Oftalm. De PAC. c/ glaucoma 1 linha associada a 3 linha mono	5	R\$ 97,77	R\$ 488,85
316	030305018-7- Trat. Oftalm. De PAC. c/ glaucoma 1 linha associada a 3 linha bino	5	R\$ 146,64	R\$ 733,20
317	030305019-5- Trat. Oftalm. De PAC. c/ glaucoma 2 linha associada a 3 linha linhamon	5	R\$ 138,25	R\$ 691,25
318	030305020-9- Trat. Oftalm. De PAC. c/ glaucoma 2 linha associada a 3 linha bino	5	R\$ 207,36	R\$ 1.036,80
319	030305021-7- Trat. Oftalm. De PAC. c/ glaucoma mono associação 1, 2 e terceira linha	5	R\$ 150,69	R\$ 753,45
320	021106025-9- Tonometria	10	R\$ 3,37	R\$ 33,70
321	040501001-0-Correção cirúrgica de entropio e ectrópioa	108	R\$ 203,74	R\$ 22.003,92
322	040501002-8-Correção cirúrgica de epicanto e telecanto	24	R\$ 278,90	R\$ 6.693,60
323	040501004-4- Drenagem de abcesso de palpebra	5	R\$ 22,93	R\$ 114,65
324	040501006-0- Epilação de cílios	5	R\$ 22,93	R\$ 114,65
325	040501007-9-Exerese de calázio e outras pequenas lesões da pálpebra e supercílios	36	R\$ 78,75	R\$ 2.835,00
326	040501008-7- Extirpação de glândula lacrimal	1	R\$ 577,44	R\$ 577,44
327	040501010-9- Oclusão de ponto lacrimal	2	R\$ 19,14	R\$ 38,28
328	040501016-8- Sondagem de vias lacrimais	1	R\$ 22,93	R\$ 22,93
329	040503011-8- Tratamento cirúrgico de miase palpebral	2	R\$ 22,93	R\$ 45,86
330	040501017-6-Sutura de pálpebras	10	R\$ 143,99	R\$ 1.439,90
331	040501018-4- Tratamento cirúrgico de blefarocalase	2	R\$ 95,42	R\$ 190,84
332	040505036-4- Tratamento de pterígio	100	R\$ 209,55	R\$ 20.955,00
333	040505008-9- Exerese de tumor de conjuntiva	30	R\$ 82,28	R\$ 2.468,40
334	040505029-1- Sutura de conjuntiva	20	R\$ 82,28	R\$ 1.645,60
335	040501019-2- Tratamento cirúrgico de triquiase c/ ou s/ enxerto	3	R\$ 278,90	R\$ 836,70
336	040504019-9- Tratamento cirúrgico de xantelasma	10	R\$ 116,42	R\$ 1.164,20
337	040501020-6- Punctoplastia	2	R\$ 19,14	R\$ 38,28
338	040505025-9- Retirada de corpo estranho da cornea	400	R\$ 25,00	R\$ 10.000,00
339	040503009-6- Sutura de esclera	5	R\$ 161,19	R\$ 805,95
340	040501015-0- Sondagem de canal lacrimal sob anestesia geral	5	R\$ 203,73	R\$ 1.018,65
341	040505032-1- Trabeculectomia	20	R\$ 898,35	R\$ 17.967,00
342	040505007-0- Correção cirurgica de hérnia de iris	20	R\$ 259,20	R\$ 5.184,00
343	040505009-7- Facectomia c/ implante de lente intra-ocular	12	R\$ 531,60	R\$ 6.379,20
344	040505010-0- Facectomia s/ implante de lente intra-ocular	10	R\$ 483,60	R\$ 4.836,00
345	040501012-5- Reconstrução parcial de palopebra com tarsorrafia	5	R\$ 311,04	R\$ 1.555,20
346	040505024-0- Retirada de corpo estranho da camara interior do olho	5	R\$ 335,72	R\$ 1.678,60

347	040503005-3- Injeção intra-vitreo	2	R\$ 82,28	R\$ 164,56
348	040503010-0- Tratamento cirúrgico de deiscência de sutura de esclera	3	R\$ 159,37	R\$ 478,11
349	040503013-4- Vitrectomia anterior	20	R\$ 381,08	R\$ 7.621,60
350	040503020-7- Drenagem de hemorragia de coroide	2	R\$ 453,60	R\$ 907,20
351	040503022-3- Remoção de óleo de silicone	10	R\$ 468,60	R\$ 4.686,00
352	040503023-1- Remoção de implante episcleral	2	R\$ 389,64	R\$ 779,28
353	040504001-6- Correção cirúrgica de lagoftalmo	5	R\$ 282,08	R\$ 1.410,40
354	040504006-7- Enucleação de globo ocular	2	R\$ 415,57	R\$ 831,14
355	040504007-5- Evisceração do globo ocular	10	R\$ 587,51	R\$ 5.875,10
356	040504009-1- Exerese de tumor maligno intra-ocular	1	R\$ 650,66	R\$ 650,66
357	040504013-0- Injeção retrobulbar/ peribulbar	10	R\$ 22,93	R\$ 229,30
358	040504020-2- Tratamento de ptose palpebral	10	R\$ 449,44	R\$ 4.494,40
359	040504021-0- Reposicionamento de lente intra-ocular	20	R\$ 453,60	R\$ 9.072,00
360	040505001-1 Capsulectomia posterior cirurgica	50	R\$ 180,45	R\$ 9.022,50
361	040505003-8- Cauterização de córnea	5	R\$ 19,14	R\$ 95,70
362	040505006-2- Correção de astigmatismo secundario	10	R\$ 19,14	R\$ 191,40
363	040505017-8- Iridectomia cirúrgica	10	R\$ 297,46	R\$ 2.974,60
364	040505020-8- Paracentese de camara anterior	10	R\$ 82,28	R\$ 822,80
365	040505021-6- Recobrimento conjutival	10	R\$ 172,27	R\$ 1.722,70
366	040505037-2- Facuemsulficação c/ implante de lente intra-ocular dobrável	400	R\$ 771,60	R\$ 308.640,00
367	040505023-2- Reconstituição de camara anterior do olho	5	R\$ 794,89	R\$ 3.974,45
368	040504010-5- Explantação de lente intra ocular	100	R\$ 846,19	R\$ 84.619,00
369	021106012-7- Mapeamento de retina	600	R\$ 24,24	R\$ 14.544,00
370	021106003-8- Campimetria computadorizada c/ grafico	240	R\$ 40,00	R\$ 9.600,00
371	040505016-0- Injecção subconjutival subtenoniana	5	R\$ 8,24	R\$ 41,20
372	040501014-1- Simblefaroplastia	5	R\$ 203,74	R\$ 1.018,70
373	040505028-3- Substituicção de lente intra ocular	10	R\$ 544,88	R\$ 5.448,80
374	040505035-6- Tratamento cirúrgico de glaucoma congênito	2	R\$ 1.236,75	R\$ 2.473,50
375	040505038-0- Cirurgia de catarata congênita	10	R\$ 895,16	R\$ 8.951,60
376	040505039-9- Tratamento cirúrgico de deiscência de sutura de córnea	10	R\$ 172,12	R\$ 1.721,20
377	0405010036 - Acricistorrinostomia	10	R\$ 681,87	R\$ 6.818,70
378	0405010052 - Epilacao a laser	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00
379	0405010117 - Reconstituição de canal lacrimal	10	R\$ 689,66	R\$ 6.896,60
380	0405010133 - Reconstituição total de pálpebra	2	R\$ 1.138,66	R\$ 2.277,32
381	0405010141 simblefaroplastia	10	R\$ 203,74	R\$ 2.037,40
382	0405010168 - Sondagem de vias lacrimais	20	R\$ 22,93	R\$ 458,60

383	0405020015 - Correção cirúrgica de estrabismo (acima de 2 músculos).	2	R\$ 1.661,76	R\$ 3.323,52
384	0405020023 - Correção cirúrgica do estrabismo (ate 2 músculos)	2	R\$ 1.167,82	R\$ 2.335,64
385	0405030029 - Biopsia de tumor intra	10	R\$ 75,60	R\$ 756,00
386	0405030037 - Crioterapia ocular	10	R\$ 116,00	R\$ 1.160,00
387	0405030045 - Foto coagulação a laser	10	R\$ 107,61	R\$ 1.076,10
388	0405030070 - Retinopexia com introflexão escleral	2	R\$ 1.074,86	R\$ 2.149,72
389	0405030126 - Tratamento cirúrgico de neoplasia de esclera	10	R\$ 259,20	R\$ 2.592,00
390	0405030142 - Vitrectomia posterior	2	R\$ 2.667,29	R\$ 5.334,58
391	0405030150 - Vitriolise a yag laser	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
392	0405030169 - Vitrectomia posterior com infusão de perfluocarbono e endolaser	1	R\$ 4.183,12	R\$ 4.183,12
393	0405030177 - Vitrectomia posterior com infusão de perfluocarbono/óleo de silicone/endolaser	1	R\$ 4.701,84	R\$ 4.701,84
394	0405030185 - Termoterapia transpupilar	3	R\$ 743,00	R\$ 2.229,00
395	0405030193 - Pan-fotocoagulação de retina a laser	3	R\$ 430,46	R\$ 1.291,38
396	0405030215 - Retinopexia pneumática	3	R\$ 389,64	R\$ 1.168,92
397	0405040024 - Crioterapia de tumores intra-oculares	3	R\$ 619,17	R\$ 1.857,51
398	0405040040 - Descompressão de nervo óptico	2	R\$ 774,35	R\$ 1.548,70
399	0405040059 - Descompressão de orbita	2	R\$ 650,66	R\$ 1.301,32
400	0405040083 - Exenteração de orbita	2	R\$ 774,35	R\$ 1.548,70
401	0405040105 - Explante de lente intra ocular	2	R\$ 846,19	R\$ 1.692,38
402	0405040148 - Orbitotomia	2	R\$ 619,17	R\$ 1.238,34
403	0405040156 - Reconstituição de cavidade orbitária	2	R\$ 587,51	R\$ 1.175,02
404	0405040164 - Reconstituição de parede da orbita	2	R\$ 730,42	R\$ 1.460,84
405	0405040180 - Transplante de periosteo em escleromalacia	2	R\$ 965,45	R\$ 1.930,90
406	0405050020 - Capsulotomia a yag laser	5	R\$ 112,77	R\$ 563,85
407	0405050046 - Ciclocricocagulação / diatermia	2	R\$ 587,51	R\$ 1.175,02
408	0405050054 - Ciclodialise	2	R\$ 453,41	R\$ 906,82
409	0405050119 - Facoemulsificação com implante de lente intraocular rígida	10	R\$ 651,60	R\$ 6.516,00
410	0405050127 - Fototrabeculoplastia a laser	10	R\$ 45,00	R\$ 450,00
411	0405050135 - Implante de prótese anti-glaucomatosa	3	R\$ 873,61	R\$ 2.620,83
412	0405050143 - Implante intra-estromal	2	R\$ 902,95	R\$ 1.805,90
413	0405050151 - Implante secundário de lente intra-ocular - lio	1	R\$ 1.112,83	R\$ 1.112,83
414	0405050186 - Iridociclectomia	2	R\$ 619,16	R\$ 1.238,32
415	0405050194 - Iridotomia a laser	3	R\$ 45,00	R\$ 135,00
416	0405050224 - Reconstituição de fornix conjuntival	2	R\$ 436,44	R\$ 872,88
417	0405050267 - Sinequiolise a yag laser	5	R\$ 45,00	R\$ 225,00
418	0405050305 - Sutura de cornea	3	R\$ 164,08	R\$ 492,24

419	0405050313 - Topoplastia do transplante	2	R\$ 965,45	R\$ 1.930,90
420	0405050356 - Tratamento cirúrgico de glaucoma congênito	1	R\$ 1.236,75	R\$ 1.236,75
421	0405050402 - Radiação para cross linking corneano	2	R\$ 292,72	R\$ 585,44
422	03.01.01.010-2 - Consulta para diagnóstico/reavaliação de glaucoma (tonometria, fundoscopia e campimetria)	10	R\$ 57,74	R\$ 577,40
423	03.03.05.022-5 - Tratamento oftalmológico de paciente com glaucoma binocular - associação 1ª, 2ª e 3ª linhas	2	R\$ 226,02	R\$ 452,04
424	03.03.05.023-3 - Tratamento medicamentoso de doença da retina	2	R\$ 627,28	R\$ 1.254,56
425	02.11.06.024-0 - Teste p/ adaptação de lente de contato	5	R\$ 12,34	R\$ 61,70
426	02.11.06.026-7 - Topografia computadorizada de córnea	10	R\$ 24,24	R\$ 242,40
427	02.11.06.028-3 - Tomografia de coerência óptica	2	R\$ 48,00	R\$ 96,00
428	02.11.06.011-9 - Gonioscopia	10	R\$ 6,74	R\$ 67,40
429	02.11.06.013-5 - Medida de ofuscamento e contraste	10	R\$ 3,37	R\$ 33,70
430	02.11.06.014-3 - Microscopia especular de cornea	5	R\$ 24,24	R\$ 121,20
431	02.11.06.015-1 - Potencial de acuidade visual	5	R\$ 3,37	R\$ 16,85
432	02.11.06.016-0 - Potencial visual evocado	5	R\$ 24,24	R\$ 121,20
433	02.11.06.017-8 - Retinografia colorida binocular	5	R\$ 24,68	R\$ 123,40
434	02.11.06.018-6 - Retinografia fluorescente binocular	5	R\$ 64,00	R\$ 320,00
435	02.11.06.020-8 - teste de provocação de glaucoma	5	R\$ 6,74	R\$ 33,70
436	02.06.01.001-0 - Tomografia computadorizada de coluna cervical com e sem contraste.	834	R\$ 86,76	R\$ 72.357,84
437	02.06.01.002-8 - Tomografia computadorizada de coluna lombo sacra com e sem contraste.	1200	R\$ 101,10	R\$ 121.320,00
438	02.06.01.003-6 - Tomografia computadorizada de coluna torácica com e sem contraste.	36	R\$ 86,76	R\$ 3.123,36
439	02.06.01.004-4 - Tomografia computadorizada de fase e seios da face/ articulações temporo-mandibulares	252	R\$ 86,75	R\$ 21.861,00
440	02.06.01.005-2 - Tomografia computadorizada do pescoço	108	R\$ 86,75	R\$ 9.369,00
441	02.06.01.006-0 - Tomografia computadorizada de sela túrcica	24	R\$ 97,44	R\$ 2.338,56
442	02.06.01.007-9 - Tomografia computadorizada do crânio	2136	R\$ 97,44	R\$ 208.131,84
443	02.06.02.001-5 - Tomografia computadorizada de articulações dos membros superiores	132	R\$ 86,75	R\$ 11.451,00
444	02.06.02.002-3 - Tomografia computadorizada de segmentos apendiculares (braço, antebraço, mão, coxa, perna e pé)	108	R\$ 86,75	R\$ 9.369,00
445	02.06.02.003-1 - Tomografia computadorizada de tórax	504	R\$ 136,41	R\$ 68.750,64

446	02.06.03.001-0 - Tomografia computadorizada do abdômen superior	636	R\$ 138,63	R\$ 88.168,68
447	02.06.03.002-9 - Tomografia computadorizada de articulações dos membros inferiores	120	R\$ 86,75	R\$ 10.410,00
448	02.06.03.003-7 Tomografia computadorizado de pelve bacia / abdômen inferior	360	R\$ 138,63	R\$ 49.906,80
449	02.02.01.076-7-Dosagem de 25 hidroxivitamina D	1500	15,24	R\$ 22.860,00
450	02.02.01.068-6- Dosagem de triptofano – FAN	1500	3,51	R\$ 5.265,00
451	02.02.05.009-2-Dosagem de microalbumina na urina	1500	8,12	R \$ 12.180,00
TOTAL				R\$ 2.591.253,42

5. DO QUANTITATIVO

5.1 As quantidades previstas na tabela acima são estimativas máximas para o período de validade do Contrato, reservando-se Secretaria Municipal de Saúde o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial ou integral.

5.1 A critério da Comissão Central de Licitação (CCL).

6. DA VIGÊNCIA

6.1 A vigência do contrato será 12 (doze) meses, iniciada na data da assinatura do ajuste, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos das legislações vigentes;

6.2 A prorrogação do contrato ficará condicionada à avaliação técnica, pela fiscalização da prestação dos serviços contratados, por meio das informações porventura realizadas e registradas no processo do credenciado;

6.3 O Termo de Prorrogação contratual será acompanhado do Novo Termo de Vistoria, realizado com o intuito de verificar a manutenção das condições locais anteriormente contratadas.

7. DO LOCAL E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços referidos no termo de referência serão executados nas dependências da empresa CONTRATADA;

7.2 A eventual mudança de endereço da CONTRATADA será imediatamente comunicada à CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo, ainda, rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

7.3 A mudança do Diretor Clínico (ou Técnico Responsável) também é comunicada à CONTRATANTE bem como do responsável pelos serviços auxiliares de diagnóstico e terapia.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Fiscalização

8.6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.6.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.6.4. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.6.5. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.6.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

8.6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

8.6.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.6.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.7. Gestor do Contrato:

8.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.7.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.7.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.7.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.1.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.2 Prazo do pagamento

9.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos produtos adquiridos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

9.2.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

9.2.3 A Secretaria Municipal de Saúde poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

9.2.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.2.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.3 Forma de pagamento

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.3. O pagamento será efetuado no prazo citado acima, após assinatura do ateste que formalizar o aceite definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e dos seguintes documentos de regularidade fiscal:

9.3.3.1. Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.3.3.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

9.3.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.3.3.4. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado.

9.3.4. A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo responsável pelo aceite dos objetos licitados.

9.3.5. O pagamento será efetuado na Conta Corrente da CONTRATADA.

9.3.6. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

9.3.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste Contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

9.3.8. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao contratado ou inadimplência contratual.

9.3.9. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A CONTRATADA ainda se obriga a:

10.1.1 Entregar na Supervisão de Controle e Avaliação os resultados dos exames de apoio ao diagnóstico e tratamento realizados, para posterior distribuição dos mesmos, no prazo máximo de 3 (três) dias;

10.1.2 A entrega da produção, para posterior faturamento, deverá respeitar o prazo máximo de 3 (três) meses, verificados a partir da data da autorização da Central de Regulação;

10.1.3 Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;

10.1.4 Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, excetuando os casos autorizados pelo CONEP – Comitê Nacional de Ética e Pesquisa;

10.1.5 Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

10.1.6 Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

10.1.7 Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato;

10.1.8 Notificar a CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando à CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

10.1.9 Prestar os serviços na forma ajustada;

10.1.10 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas, entre a CONTRATADA e seus empregados;

10.1.11 Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;

10.1.12 Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos de proteção individual;

10.1.13 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

10.1.14 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT;

10.1.15 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

10.1.16 Disponibilizar profissionais habilitados para a realização dos procedimentos;

10.1.17 Responsabilizar-se, tecnicamente, tanto na realização de procedimentos quanto na divulgação dos seus resultados;

10.1.18 Abster-se de cobrar qualquer valor dos usuários, sob qualquer título ou pretexto;

10.1.19 Manter em arquivo as requisições autorizadas e respectivos laudos por um período de cinco anos;

10.1.20 Manter sempre atualizada as informações relativas ao CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, para um efetivo controle dos serviços ofertados e planejamento de decisões futuras;

10.1.21 Ser submetido ao Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS, conforme cronograma de execução do Ministério da Saúde, visando avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das estruturas, processos e resultados relacionados ao risco, acesso e satisfação dos cidadãos frente aos serviços públicos de saúde na busca

da resolutividade e qualidade, estando o mesmo sujeito as penalidades com prazo para correção de acordo com o risco ou qualidade, como prevê o programa;

10.1.22 Garantir o acesso dos conselheiros titulares do Conselho Municipal de Saúde –CMS aos estabelecimentos desde que devidamente identificados, com prévia comunicação e concordância da CONTRATADA com relação à data e horário.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.591.253,42** (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

12. DAS SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.6. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

12.1.2.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2.8. Fraudar a licitação;

12.1.2.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantido o devido processo legal, assegurado o prévio contraditório e a ampla defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

12.2.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.2.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa

12.2.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.2.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos termos do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.2.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à decadência do direito à garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.2.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirá os procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2.12. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

12.2.12.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

12.2.13. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os recursos destinados à execução deste objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE DE RECURSO: 10.301.0058.2074.0000 3.3.90.39.00

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, observando-se o que dispõe o artigo 106, da Lei 14.133/2021.

Caxias, 11 de julho de 2024.

De acordo

Ângelo Augusto Assunção Costa Couto
Secretário Municipal de Saúde

Danielly de Pérsia Britto Costa
Fiscal de contrato

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025.
ANEXO: II,**

PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO):

CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20** , ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: : **PREFEITURA MUNICIPAL DE** _____ / UF

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:				
RAZÃO SOCIAL:				
CNPJ:				
INSC. EST.:				
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()				
ENDEREÇO:				
BAIRRO:		CIDADE:		
CEP:		E-MAIL:		
TELEFONE:		FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:		TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:		CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:				
ITEM	CÓDIGO, DESCRIÇÃO/PROCEDIMENTO	QUANT.	VALOR R\$.	
			V. UNIT.	V. TOTAL

1. A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1.1. ESTÃO INCLUSAS TODAS AS DESPESAS COM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 1.2. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 1.3. PRAZO DE INICIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 1.4. QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 1.5. QUE O PRAZO DE INICIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE SERVIÇO OU DOCUMENTO SIMILAR, QUE TODAS AS EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, EM DESACORDO COM O ESPECIFICADO PELA "TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS - SUS".

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025/FMS
ANEXO III,**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

**CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01997**

Prezados Senhores,

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, Caxias-MA, inscrita no CNPJ Nº _____, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal, abaixo firmado, em atenção ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº002/2025/FMS**, vem manifestar sua aceitação aos preços praticados pela “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS” para pagamento dos procedimentos contratados, estando também ciente de que os reajustes aplicados aos referidos procedimentos obedeceram às determinações do Ministério da Saúde.

Caxias (MA), ____ de _____ de 2025.

(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente)

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025/FMS
ANEXO IV.**

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS NORMAS DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO:

**CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01997**

À Comissão de credenciamento da -,

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____, venho requerer inscrição no Edital de Credenciamento nº 002/2025, para a Formalização de termo de colaboração para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a execução do gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na Maternidade Carmosina Coutinho no Município de Caxias, com Organização da Sociedade Civil (OSC), de interesse da Secretaria Municipal da Saúde.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025/FMS
ANEXO V**

DECLARAÇÃO DE SUJEITAÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO.

**CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01997**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ / UF
AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20**.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº002/2025/FMS
ANEXO VI.**

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

**CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01997**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº002/2025/FMS
ANEXO VII.**

DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

**CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01997**

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021. DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
(NO CASO DE ME E EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX
CRC: _____

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº002/2025/FMS
ANEXO VIII.**

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE:

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01997**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ / UF
AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20***.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025/2025/FMS
ANEXO IX.**

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

**CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025**

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS
OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO *** ÓRGÃO
LICITANTE – CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº ***

....., DE DE 20***.

REPRESENTANTE LEGAL

**MINUTA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025/FMS
ANEXO X.**

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM EQUIPE TÉCNICA (MODELO).

CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01997

Empresa:

CNPJ:

Nome do Profissional	CPF	Cargo	Função	Carga horária semanal	Número no Conselho Profissional (quando for o caso)

Caxias (MA), ____ de _____ de 2025.

(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE Nº002/2025/FMS
ANEXO XI.

MINUTA CONTRATO.

CONTRATO Nº...../2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº...../2025.CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO, POR MEIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, E A EMPRESA
_____.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO, por meio da Secretaria Municipal de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.239.491/0001-00, situada na Praça Dias Carneiro nº 600 - Centro, Caxias-MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal _____ Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ expedida pela _____ e do CPF nº _____, a seguir denominada CONTRATANTE,

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, RG nº _____, CPF nº _____.

RESOLVEM celebrar o presente Contrato, que será regido pela Inexigibilidade Nº ____/2025, pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, pelos princípios do direito público e demais normas pertinentes à espécie, ajustando e reciprocamente aceitando as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. A Proposta do contratado;
- 1.1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.1.4. Descrição dos procedimentos:

ITENS	CÓDIGO/DESCRIÇÃO/PROCEDIMENTO.	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de _____ contados de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser prorrogado por meio de termo de aditivo, por um ou mais períodos, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos e demais requisitos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao atesto, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

•
CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

•
5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

O valor mensal da contratação é de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor total de R\$ _____ (_____).

•
CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo da Tabela de Procedimentos – SUS da data do orçamento estimado, em ____ / ____ / ____ (DD/MM/AAAA).

Após o interregno de um ano, mediante pedido do Contratado, os preços iniciais só serão reajustados, os referidos procedimentos obedeceram às determinações do Ministério da Saúde (Tabela de Procedimentos – SUS).

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, obedecerá as determinações do Ministério da Saúde, contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última determinação do Ministério da Saúde conhecida.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela Ministério da Saúde, então em vigor.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.1. A Administração terá o prazo de 05 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Executar os serviços nas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes no Termo de Referência e da proposta;

Responsabilizar-se pela logística do objeto contratado, até a execução completa dos serviços, não sendo o CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar a execução dos serviços.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, a contar do recebimento da notificação do contratante, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução

contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços a Nota Fiscal Eletrônica acompanhada da solicitação de pagamento, os seguintes documentos: 1) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.1.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, conforme o caso;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. Fraudar a licitação
- 12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.1.9. Advertência;
- 12.1.10. Multa;
- 12.1.11. Impedimento de licitar e contratar e
- 12.1.12. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.1.13. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.1.14. As peculiaridades do caso concreto
- 12.1.15. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.1.16. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.1.17. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 12.1.18. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.
- 12.1.19. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda

da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

As sanções aplicadas serão publicadas no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Caxias.

Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.1.5. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.1.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.1.7. Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 e 174 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

18.1.1. Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

18.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

18.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

18.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Caxias/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO